



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde



RESOLUÇÃO Nº.1341 /2023

O Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, no uso de suas atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Estadual Nº 7.964 com as modificações estabelecidas pela Lei Estadual 10.598 de 08 de dezembro de 2016, e Decreto Nº 921-S, de 06 de maio de 2005, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 09 de maio de 2005, e em consonância com às deliberações da 248ª Reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde realizada em 16 de novembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar as Atas : 245ª RO de 24 de agosto de 2023 e 246ª RO de 21 de setembro de 2023

Art.2º - O conteúdo desta Resolução, na íntegra, está disponibilizado no endereço eletrônico: www.saude.es.gov.br.

Vitória - ES, 17 de novembro de 2023.

Márcio Flávio Soares Romanha

Presidente do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Homologo a Resolução Nº. 1339/2023 nos termos da Lei Nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, de acordo com a delegação contida no Art. 1º, § 1º da Lei Nº. 7.964, de 27 de dezembro de 2004, publicada em 29 de dezembro de 2004.

Miguel Paulo Duarte Neto

Secretário de Estado da Saúde /ES

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 245ª Reunião Ordinária

24 de agosto de 2023

001 Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto do ano de 2023 (dois mil e
002 vinte e três), às 14 (quatorze) horas, no Plenário do Conselho Estadual de
003 Saúde – CES/ES, situado na sede da Secretária de Estado da Saúde – SESA -
004 Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira – Vitória/ES,
005 reuniram-se em Sessão Ordinária, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES,
006 sob a Presidência do Conselheiro Ricardo Ewald realizando sua 245.ª
007 (ducentésima quadragésima quinta) Sessão Ordinária. Estiveram presentes
008 os (as) conselheiros (as): Miguel Paulo Duarte Neto (SESA), Cristiano Luiz
009 Ribeiro de Araújo (SESA), Caroline Gomes Coura Batista (SESA), Terezinha
010 do Carmo Alves Bolzani (SESA) Ricardo Ewald (FEHOFES), Luiz Carlos
011 Reblin (MS), Cristina Hamester (MS), Denise Mara Ramaldes pedrosa
012 (COSEMS-ES), Judismar Tadeu Pedroni (SIMES), Pablo Reis Garcia Perez
013 (SINFES Andreia Scalfoni Menini (SINDIENFERMEIROS), Maria Rita de Boni
014 (SINDSAUDE), Raissa Correia Rosa (FETAES), Marcio Flavio Soares
015 Romanha (CUT), Wesley Bonifácio Dias (SINDMETAL), Fabiana Neto
016 (SINDIMETAL), Sidney Parreiras de Oliveira (RNP+), Isaque de Oliveira Lima
017 (REDE JOVEM +), Wellington Barros Nascimento (UNEGRO), João Carlos
018 dos Santos (SINDNAPI/ES), Mansour Cadais Filho (FAMOPES), Valdirene
019 Vasconcellos Correia (UBM), Antonia Genecy Teixeira de Oliveira (MITRA),
020 Adriana Freiras de Carvalho (FINDES) . Justificaram ausência: Rudge Vigato
021 da Silva (SINDPSI-ES), Rosini Helena Gurgel Lopes (FEAPAES), Deise
022 Berger Velten (SINODONTO). O Presidente Ricardo Ewald deu início a
023 reunião informando que estavam propostos os seguintes pontos de pauta: 1
024 - Informes; 2 - Aprovação: Resolução CES nº 1328; Resolução CES nº 1329
025 e Resolução CES nº 1330; 3 - Apresentação do Novo Manual do Usuário
026 para Conselhos de Saúde (Manual de utilização do DGMP para Conselheiros
027 de Saúde. 4- Aprovação do Relatório Final da Etapa Estadual da 5ª
028 Conferência de Saúde Mental). 5 - Pauta temática AGOSTO LILÁS -
029 Apresentação do novo aplicativo para denúncia das violências contra
030 mulheres negras e de periferia); 6 - Pauta temática AGOSTO LILÁS -
031 Violência contra pessoas trans; 7 - Minutas para aprovação: Recomendação
032 Conjunta nº 030-2023 - SESA - Espectro Autista (TEA); Edital de Convocação
033 Eleição Complementar Segmento dos Trabalhadores de Saúde 2023-2024; 8 -
034 Aprovação das 5 DIRETRIZES do PES 2024-2027. 9- Relato da Comissões e
035 Comitês (interno e externo/CES). O Presidente Ricardo Ewald manifestou
036 alegria pela presença e oportunizou a fala ao Secretário Estadual de Saúde.
037 O Secretario Estadual de Saúde Miguel Paulo Duarte Neto falou ao pleno de
038 sua satisfação em ter o Conselho Estadual de Saúde ajudando na
039 construção da saúde pública no estado e informou que estaria se retirando
040 as quinze horas para atender outra agenda. Ricardo agradeceu e consultou
041 ao pleno a necessidade de antecipação dos pontos de pauta sete (7) e cinco
042 (5). o pleno concordou com a alteração e logo em seguida foi comunicado
043 que não haviam informes. Ricardo passou então a palavra ao Conselheiro
Sidney Parreiras para discorrer sobre o ponto 7- Minutas para aprovação:

044 Moção de Apoio Cannabis – Relatoria: Rudge Vigato - SINDPSI (coord.
045 CIDH/CES); RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 030-2023 - SESA - Espectro
046 Autista (TEA) – Relatoria: Relatoria: Rudge Vigato - SINDPSI (coord.
047 CIDH/CES). O Conselheiro Sidney justificou a ausência do Conselheiro
048 Rudge e relatou que o assunto em pauta já havia sido discutido no pleno e
049 remetido ao Comitê Intersectorial de Direitos Humanos e Promoção a
050 Equidade onde foi trabalhado junto ao ICEPI, a ACAMC e algumas famílias
051 de pacientes. Sidney destacou a presença das famílias que estavam hoje no
052 pleno, em apoio as moções elaboradas e solicitou ao Conselheiro Cristiano
053 que fizesse a leitura da Moção de apoio a Cannabis. A moção de apoio a
054 Cannabis foi lida conforme segue: MOÇÃO DE APOIO: Moção de Apoio ao
055 PL nº 77/2023 que “Institui a política estadual de fornecimento gratuito de
056 medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em
057 associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o
058 tetrahydrocanabidiol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo
059 nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema
060 Único de Saúde – SUS”. O Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, no uso de
061 suas atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.080/90 e Lei Nº 8.142/1990,
062 Lei Estadual Nº 7.964/2004 e alterações promovidas pela Lei Estadual
063 10.598/2016, bem como prerrogativas regimentais, e em consonância às
064 deliberações do Plenário na XX Reunião Extraordinária, realizada em XX de
065 XXXX. CONSIDERANDO A legislação brasileira em vigor, expressa na Lei
066 11.343/2006 e atualizada pela Lei 13.840/2019, que reconhece a
067 permissibilidade do uso médico e científico das substâncias controladas em
068 conformidade com os tratados internacionais, dentre as quais se inclui a
069 Cannabis sp; A autorização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária -
070 ANVISA, para a importação de medicamentos à base de canabidiol desde
071 2015, e da autorização para o registro, a fabricação e a venda desses
072 medicamentos a partir de 2019; A resolução RDC nº 6602, de 30 de março de
073 2022, que define os critérios e os procedimentos para importação de
074 produtos derivados de Cannabis sp, por pessoa física, para uso próprio,
075 mediante prescrição de profissional legalmente habilitado, para tratamento
076 de saúde; A Nota Técnica 35/2023 da ANVISA³, que apresenta a lista de
077 produtos derivados de Cannabis sp de que trata o §3º do Art. 5º da RDC nº
078 660/2022; As limitações da Resolução da ANVISA RDC 335/2020, que apenas
079 regula a importação desses produtos, quando prescrito por profissional
080 legalmente habilitado, mas não considera que o alto custo da importação
081 inviabiliza o acesso a esses produtos/medicamentos para a maioria dos
082 pacientes que dependem do uso de produtos derivados de Cannabis sp para
083 tratamentos de saúde; A necessidade de muitos desses pacientes ir à
084 Justiça em busca de autorização seja para o acesso pelo SUS, seja para o
085 plantio da planta, em razão dos elevados custos para importação. Os
086 processos judicializados para acesso aos medicamentos no estado do ES,
087 implicando oneração do financiamento destinado à saúde; A Nota Técnica
088 da Fiocruz, de 19 de abril de 2023, que embasada na literatura científica
089 sobre o estado atual das evidências sobre usos terapêuticos da Cannabis sp
090 e derivados, enfatiza a necessidade de avanços regulatórios a partir de
estudos já realizado que demonstram os benefícios do uso medicinal da

091 Cannabis sp, especialmente na forma dos fitocanabinoide (princípios ativos)
092 CBD (Canabidiol) e THC (delta-9-tetrahydrocannabinol), na redução de
093 sintomas e melhora nas condições de saúde em casos de: dor crônica,
094 epilepsia refratária, espasticidade, náusea, vômitos e perda do apetite
095 ligados à quimioterapia, transtornos neuropsiquiátricos, dentre outros; O
096 alerta de especialistas que sinalizam para a urgência de romper com a lógica
097 proibicionista, pautada em preconceitos socialmente difundidos, que
098 mobilizada por agentes políticos vem obstaculizando a regulação, o acesso
099 e a democratização do uso de medicamentos e/ou terapias à base de
100 extratos da Cannabis sp, negando, assim, o direito à saúde e a uma
101 sobrevivência digna às pessoas que dependem desses medicamentos e a
102 necessidade de desmistificar o uso da Cannabis junto à população em geral;
103 O sofrimento de famílias que precisam encarar longos e complexos
104 processos judiciais para conseguir permissão para importar os
105 medicamentos, bem como daquelas que não possuem recursos econômicos
106 para adquiri-los por meios próprios, ficando na dependência do beneplácito
107 do estado em cumprir as determinações judiciais quando estas são
108 favoráveis; Os esforços empreendidos pelas associações que buscam
109 democratizar o acesso aos extratos de Cannabis sp, através do
110 fornecimento do extrato para o uso medicinal a baixo custo e do
111 acompanhamento médico especializado e da necessidade de fortalecer e
112 ampliar os esforços democráticos nessa direção; O depoimento das famílias
113 que vivenciam essa realidade, e conseguem obter tratamentos e/ou
114 medicamentos através das associações. Especialmente para tratar
115 condições de saúde com baixa resposta aos tratamentos convencionais,
116 vislumbram melhorias significativas nos quadros de saúde dos enfermos
117 que acompanham e cuidam, dando, portanto, testemunho dos benefícios da
118 cannabis medicinal; A importância de informar a sociedade e avançar ainda
119 mais no desenvolvimento de pesquisas que aprofundem os potenciais
120 terapêuticos da cannabis e dos canabinoides para diferentes condições e
121 enfermidades. [...] e mais, ampliar o acesso dos pacientes a estes
122 tratamentos, inclusive fortalecendo e instrumentalizando as iniciativas
123 associativas [...], conforme assevera a Nota Técnica da Fiocruz 19,04/2023,
124 portanto de potencializar o trabalho pedagógico, de pesquisa, de
125 assessoramento jurídico e de mediação social promovido pela Associação
126 de Cannabis Medicinal Capixaba - ACAMC, no âmbito do estado do Espírito
127 Santo; A necessidade de apoio técnico-institucional para as pessoas em uso
128 dessa substância e seus responsáveis; A relevância de incentivar pesquisas
129 sobre o assunto nas universidades e a necessidade de fomentar
130 capacitações para profissionais do SUS; Que qualquer demanda em saúde
131 deve ser acompanhada pelos órgãos de controle social e que esses, devem,
132 por prerrogativa deliberar sobre as pautas da saúde; e considerando as
133 demandas recorrentes de usuários de cannabis e os que em potencial
134 manifestam necessidade desse uso, precisam do direito garantido pelo
135 Sistema de Saúde brasileiro; A necessidade de garantir o direito à saúde
136 mediante o acesso universal a tratamentos eficazes de doenças e às
137 condições médicas com o uso da Cannabis; A urgente necessidade da
Secretaria estadual de Saúde do ES debater o tema juntamente com as

138 instâncias de deliberação do SUS; As discussões empreendidas por outros
139 estados brasileiros que vem regulamentando por meio de Lei estadual o
140 acesso aos medicamentos de Cannabis pelo SUS; Que em 2020 a
141 Universidade de São Paulo - USP, disponibilizou o primeiro medicamento
142 feito a partir da planta no mercado brasileiro, importante realização para a
143 luta pelo direito de acesso ao medicamento e que vem sendo debatida no
144 executivo, legislativo e judiciário. E, portanto, da necessidade também do
145 estabelecimento de diálogo entre os Poderes Executivo, Legislativo e
146 Judiciário, em âmbito estadual, a fim de garantirem o direito ao acesso
147 universal à saúde, gratuita, com qualidade e equidade, quando a demanda
148 estiver relacionada aos medicamentos derivados da Cannabis sp no estado
149 do Espírito Santo; E, considerando, ainda, que o CES-ES por meio das suas
150 atribuições tem debatido a temática do uso medicinal da Cannabis sp, seus
151 desafios e potencialidades no Comitê Intersectorial de Direitos Humanos e
152 Promoção da Equidade - CIDHPE, juntamente com entidades e movimentos
153 sociais, e percebido a importância de apoiar as iniciativas que buscam
154 aprofundar e ampliar os estudos, o debate e o acesso ao uso terapêutico da
155 cannabis medicinal; Por fim, o Conselho Estadual de Saúde do Espírito
156 Santo vem a público MANIFESTAR APOIO ao PL nº 77/2023, atualmente
157 tramitando na Assembleia Legislativa do Estado do ES, considerando que
158 este projeto de lei acompanha as discussões nacionais e internacionais em
159 torno do uso da Cannabis sp para diversos fins terapêuticos e propõe
160 instituir a Política estadual de fornecimento gratuito de medicamentos à
161 base de Cannabis sp. Após a leitura, Sidney comunicou que já foram feitas
162 discussões e debates e que estava aberta a oportunidade para sugestões e
163 dúvidas, informando também que esta pauta foi colocada como urgência na
164 Assembleia Legislativa. A Sra. Miriam, mãe do paciente Guilherme, que
165 estavam no pleno, manifestou que seu filho faz uso da cannabis medicinal,
166 adquirida através de um processo judicial para a importação, desde o ano
167 dois mil e dezenove, devido a epilepsia de difícil controle e, que desde então
168 seu filho tem vida ativa, faz natação e está aprendendo a se comunicar. A
169 moção foi submetida ao pleno pela presidência do CES e foi aprovada por
170 unanimidade. O Conselheiro Mansour Cadais Filho sugeriu que a aprovação
171 fosse socializada nas redes municipais dado a importância da
172 desmistificação do tema. O Conselheiro Cristiano fez a leitura da Moção
173 sobre o Autismo: PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO CES Nº XXX/2023 O
174 Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, no uso de suas atribuições
175 capituladas na Lei Federal Nº 8.080/1990 e Lei Nº 8.142/1990, Lei Estadual Nº
176 7.964/2004 e alterações promovidas pela Lei Estadual 10.598/2016, bem
177 como prerrogativas regimentais, em consonância às deliberações do
178 Plenário na XXX Reunião Ordinária, realizada em XX-XX-XX, e:
179 **CONSIDERANDO** Que o Conselho Estadual de Saúde - CES/ES é um órgão
180 colegiado de caráter permanente e deliberativo, que atua na formulação de
181 estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância
182 correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros; As
183 propostas aprovadas na 10ª Conferência Estadual de Saúde do Espírito
184 Santo - Etapa da 17ª Conferência Nacional de Saúde que versam sobre o
acesso aos serviços de saúde, em especial, as Pessoa com Transtorno do

185 Espectro Autista; O estabelecido na Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 que
186 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da
187 Pessoa com Deficiência) e suas alterações, em especial a Lei 14.624 de 17 de
188 julho de 2023; O que estabelece a Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que
189 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com
190 Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução,
191 em especial os incisos I, II e III do artigo 2º: I - a intersectorialidade no
192 desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com
193 transtorno do espectro autista; II - a participação da comunidade na
194 formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno
195 do espectro autista e o controle social da sua implantação,
196 acompanhamento e avaliação; III - a atenção integral às necessidades de
197 saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o
198 diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a
199 medicamentos e nutrientes; E considerando ainda o inciso III do art. 3º da
200 referida lei, que garante o direito ao acesso a ações e serviços de saúde,
201 com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o
202 diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento
203 multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os
204 medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
205 RECOMENDA: A Secretaria de Estado da Saúde e as Secretarias Municipais
206 de Saúde: 2023-8W8QXP - E-DOCS - CÓPIA AUTENTICADA
207 ADMINISTRATIVAMENTE 08/08/2023 14:17 PÁGINA 1 / 3 1 – Ampliar as
208 Políticas Públicas de Saúde no Estado do Espírito Santo, a fim de viabilizar e
209 qualificar os profissionais essenciais ao tratamento das pessoas com
210 Transtorno do Espectro Autista (TEA), dentre eles: Neuropediatra,
211 Fonoaudiólogos, Terapeutas Ocupacionais, Fisioterapeutas, Psicólogos,
212 entre outros profissionais essenciais para o diagnóstico precoce e
213 tratamento; 2 – Ampliar o acesso ao diagnóstico, laudo médico, tratamento,
214 terapia nutricional e assistência farmacêutica às pessoas com Transtorno do
215 Espectro Autista (TEA) na Rede SUS no Estado do Espírito Santo; 3 -
216 Fortalecer a Rede de Apoio aos familiares das pessoas com Transtorno do
217 Espectro Autista (TEA) na Rede SUS no Estado do Espírito Santo. Vitória –
218 ES, xx de xx de 2023. Ricardo Ewald Presidente do Conselho Estadual de
219 Saúde – CES/ES. O Conselheiro Marcio Romanha salientou que este assunto
220 vem sendo discutido pelo CES desde o mês de abril e que esta resposta vai
221 facilitar a vida dos usuários. O Conselheiro Joao Carlos dos Santos disse
222 que as crianças estão sem laudo, necessitando de neuropediatra, o estado
223 está com defasagem. O Secretário de Saúde respondeu que as consultas
224 foram multiplicadas por seis (6) em um período de sete (7) meses,
225 informando que foi lançado um edital e que equipes de outros estados estão
226 atendendo no ES, no HEIMABA e no HINSG. Hoje são quatro profissionais
227 atendendo e tem se investido no tele atendimento, reduzindo o absenteísmo,
228 sendo necessário o apoio dos secretários municipais no deslocamento das
229 famílias e assim melhorar o trabalho em rede. A Conselheira Marcia Naomi,
230 após ser saudada por Ricardo por estar retornando ao CES como
231 Conselheira pelo SINODONTO, solicitou que seja incluído o serviço de
odontologia na recomendação. Ricardo passou então para o ponto de pauta

232 2 – Aprovação das resoluções ad referendum: Resolução CES 1328 – ad
233 referendun- Homologa composição das Comissões e Comitês do CES •
234 Resolução CES 1329 – ad referendun Convocação e agenda 17ª Plenárias de
235 Conselhos de Saúde • Resolução CES 1330- Ad referendun Aprovação a
236 substituição ANPG e FINDS .As resoluções foram submetidas ao pleno
237 ,foram aprovadas e estarão disponíveis em
238 <https://saude.es.gov.br/resolucoes-ces>, sendo observadas as inclusões
239 solicitadas pelo conselheiro Mansour Cadais em relação aos articuladores
240 de Plenárias.: - No Comitê Intersetorial de Municipalização, regimentalmente
241 já estão inseridos e faltando acrescentar os Articuladores Regionais de
242 Plenárias: Antônio Maria, do CMS de Ecoporanga; Valdir, do CMS de C.
243 Itapemirim; e Alberto, do CMS da Serra. No Comitê de Acompanhamento de
244 Conselhos Gestores de U. de Saúde, está faltando acrescentar
245 os Convidados: Antônio Maria, do CMS de Ecoporanga; Valdir, do CMS de C.
246 Itapemirim; Antônio Carlos, do CMS da Serra, e Rita, do CMS de S. José do
247 Calçado. Ricardo concedeu a oportunidade para abordagem do ponto 5 –
248 Pauta Temática AGOSTO LILÁS – Apresentação do novo aplicativo para
249 denuncia de violência contra mulheres negras e de periferia, apresentado
250 pela pesquisadora Rosely Santos Pires que é Dra. em ciências jurídicas e
251 sociais, professora da UFES e fundadora e coordenadora do Laboratório
252 multidisciplinar FORDAN/UFES. Rosely informou que está há dezoito anos
253 na periferia acolhendo mulheres em vulnerabilidade e suas famílias. “Um
254 número altíssimo de mulheres em processo de violência doméstica. O
255 programa trabalha na periferia de São Pedro e também dentro da
256 universidade, acolhendo bolsistas, estudantes, professoras, pessoas que
257 são indicadas pelo ministério e defensoria pública, nós temos parceria com
258 esses órgãos, nesse momento em especial com a UNEGRO, Fórum Nacional
259 de Mulheres Negras, Ministério de Igualdade Racial, que vem ao estado dia
260 vinte e dois de setembro para lançar o aplicativo, bancada feminina de
261 Brasília e pesquisadoras da Bahia, Rio de Janeiro e de São Paulo. O projeto
262 foi aprovado na FAPES em dois mil e vinte e dois e termina em novembro de
263 dois mil e vinte e três com o objetivo de lançar um aplicativo para que a
264 gente possa pensar a denúncia da violência contra a mulher negra e de
265 periferia e sua extensão “Rosely informou que está sendo trabalhado um
266 protótipo e que são apoiados por Iriny Lopes, pela Dra. Fernanda da
267 Defensoria Pública e por Adriana, Luiza e o Conselheiro Wellington que
268 compõem a UNEGRO. Informou que a Sociedade Brasileira de Psicanalise
269 atende as mulheres desde dois mil e quatorze. Informando que a
270 Defensoria Pública é quem recebe as solicitações de medida protetiva e
271 pensão alimentícia. Informou que está sendo feito um geoprocessamento
272 das redes de apoio em especial das Unidades de saúde e os CAPS
273 explicando a importância da cartografia da periferia em tempo real sobre a
274 mulher que sofre violência e sua rede de apoio. Informou que de acordo com
275 o anuário de dois mil e vinte e dois, que mapeou dois mil e vinte e dois e
276 dois mil e vinte um não é citado qual é a mulher que tem a medida protetiva
277 negada, sendo que um milhão de mulheres pediram medida protetiva e
278 dentre estas mais de duzentas mil não tiveram medida protetiva deferida e a
pergunta é: Quem são essas mulheres? são trans.? são mulheres com

279 deficiência? São mulheres quilombolas? Não existe registro. O Conselho
280 Nacional de Justiça e o Instituto Maria da Penha, fez um documento
281 inclusive dizendo que existe uma lacuna, então há uma necessidade de
282 entender isso. Rosely citou que a partir de pesquisas realizadas, concluiu-se
283 que no Brasil as delegacias são extremamente racistas, não tem delegados e
284 nem escrevem negros. Salientou que o aplicativo permite que a mulher seja
285 protagonista pois ela vai poder dizer o tipo de violência que está sofrendo.
286 Rosely informou também que a Senhora Ieda Leal da Secretaria de Gestão
287 do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial assumiu o
288 compromisso de lançar o aplicativo pelo ministério para que circule por todo
289 o Brasil. Rosely informou ainda que “o aplicativo inicialmente não tem o
290 objetivo de fazer denúncia. Inicialmente ele é um aplicativo amigo onde você
291 entra e a fala que mais se utiliza em dezoito anos é Você não está sozinho”.
292 No aplicativo é possível que a mulher deixe o seu cadastro inclusive por
293 acionamento de voz, importante para as mulheres com deficiência e para as
294 mulheres que não sabem ler e escrever. Pelo aplicativo a mulher tem acesso
295 a orientações de saúde, políticas públicas e medidas protetivas. Quando tem
296 o processo da violência, vai chamar a polícia, vai registrar o boletim de
297 ocorrência, o áudio produz o texto, a medida protetiva pode ser solicitada.
298 Rosely informou que são assassinadas três mulheres por dia no estado do
299 ES sendo que duas são negras e não se sabe se são deficientes. Informou
300 também que o Brasil é o país com o maior número de assassinato de
301 mulheres trans. Rosely disse que por vezes a solicitação da medida
302 protetiva não chega ou é indeferida sem que a solicitante seja escutada.
303 Dentre as ações do aplicativo também é possível fazer a solicitação de
304 pensão alimentícia. O conselheiro Wellington informou ao pleno que no dia
305 de hoje estará acontecendo em todo Brasil, atos contra a violência policial e
306 contra a violência do estado, salientando que o racismo institucional está
307 dentro das instituições que não foram pensadas para atender a população
308 negra e reforçou o convite para que todos estejam na UFES, no dia vinte e
309 dois de setembro para o lançamento do aplicativo apresentado. Ricardo
310 agradeceu e convidou Debora Sabara para a apresentação do Ponto de
311 Pauta 6- TEMÁTICA AGOSTO LILÁS - Violência contra pessoas
312 trans.Relatoria: GOLD. Debora Sabará. Debora convidou o pleno a refletir
313 sobre “PASSIBILIDADE”, discorrendo sobre os estigmas sociais e as
314 agressões que conforme Debora nascem primariamente na própria família.
315 Debora disse “Eu tenho privilégios por ser travesti branca”, salientando que
316 a violência aumenta contra o trans. negros e que a maioria das travestis
317 assassinadas são negras. Debora salientou também que a aceitação social
318 familiar é o grande problema, e que a prostituição, enquanto profissão, é
319 regulamentada desde 2015. Debora ressaltou que as violências sofridas são
320 diferentes, pois há sempre o ensejo de derrubar o corpo travesti, e que as
321 travestis enfrentam crimes de ódio. Debora disse que em nosso estado
322 existem algumas políticas e que nosso estado criou a pesquisa Jones dos
323 Santos Neves e também o tripé da cidadania LGBT: Conselho Estadual,
324 Política de Estado e a Secretaria (Gerencia) LGBT. Debora pediu que seja
325 dado a cada conselheiro um folder com a política (plano) para a população
LGBT, e destacou os itens: Implementar a política de saúde integral LGBT;

326 Instruir, fiscalizar o preenchimento dos campos para identidade sexual, de
327 gênero, nome social para as Pessoas LGBTIS que utilizam os serviços de
328 saúde no ES; Criar, disponibilizar e distribuir informações acerca das ISTS
329 com informação de locais e formas de prevenção; Promover o atendimento
330 da população trans. e travestis nos equipamentos de baixa e média
331 complexidade municipalizando o serviço; Fomentar a criação de comitês
332 pela Equidade; Fomentar o acesso a saúde da população LGBT em privação
333 de liberdade; Ampliar, qualificar a atenção básica no cuidado das pessoas
334 LGBTIS idosas com implementação de suas cadernetas de saúde e atenção
335 domiciliada humanizada, ações condicionantes com as diretrizes da política
336 nacional de atenção a pessoa idosa; Efetivar a política de humanização no
337 atendimento das pessoas travestis e trans. sexuais principalmente
338 ginecológico, proctológico na saúde mental no âmbito do SUS e da saúde
339 suplementar; Fortalecer as campanhas em âmbito municipal e estadual de
340 prevenção as ISTS e HIV e AIDS divulgando as estratégias de prevenção;
341 Garantir a inserção e a qualificação do conjunto de dados de orientação
342 sexual e identidade de gênero no sistema de informação do SUS de forma
343 que se torne obrigatório o preenchimento da utilização das informações;
344 Criar estratégias de promoção à saúde integral das mulheres lésbicas e
345 bissexuais no âmbito da atenção primária e saúde; Criar e efetivar políticas
346 públicas LGBTIS no âmbito da saúde mental contemplando as
347 especificidades de cada segmento dessa população considerando
348 intersectorialidade de classe, raça, gênero e contexto Inter geracional.
349 Debora finalizou dizendo que seu papel na sociedade civil é reclamar,
350 criticar, elogiar e divulgar as coisas que temos em nosso estado sendo
351 importante mobilizar as Secretarias na construção da política em favor
352 principalmente dos travestis que estão sofrendo amargamente. Sidney
353 agradeceu a Debora destacando achar brilhante o trabalho desenvolvido
354 pela GOLD. Ricardo Convidou Reblin e Cristina para discorrerem sobre o
355 Ponto 3 --Apresentação do NOVO MANUAL DO USUÁRIO PARA
356 CONSELHOS DE SAÚDE (Manual de utilização do DGMP para conselheiros
357 de saúde. Relatoria: Luiz Carlos Reblin e Cristina Hamester (Conselheiros
358 representantes do Ministério da Saúde). Reblin informou que o piso da
359 enfermagem chegou, e já está na conta destacando que são sete virgula três
360 bilhões destinados ao piso da enfermagem e que foi publicada uma lei
361 assinada pelo vice presidente Geraldo Alckmin obrigando todas as
362 entidades a publicarem seu estoque de medicamento. Informou também que
363 a ministra virá ao estado nos próximos dias para estimular a vacinação e
364 que é necessário combater as mentiras. Reblin destacou que o Plano de
365 gestão precisa vir ao CES para ser apreciado, sendo feito um relatório
366 quadrimestral e também um anual que possibilitam que o controle social
367 acompanhe aquela política. Rafael Vulpi Caliare assumiu a palavra e
368 salientou a importância da participação social no acompanhamento do
369 planejamento. Rafael apresentou em tela o Sistema DGMP - DIGISUS
370 GESTOR MODULO PLANEJAMENTO (Sistema Online do Ministério da
371 Saúde) - informando que o modulo está disponível em plataforma digital,
372 estando em construção, tendo por objetivo possibilitar aos gestores dos
estados, do Distrito Federal e dos municípios o registro de dados do Plano

373 de Saúde PS) e da Programação Anual de Saúde (PAS), bem como a
374 elaboração e o envio do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (
375 RDQA) e do Relatório Anual de Gestão (RAG) para o Conselho Estadual de
376 Saúde. O DIGISUS GESTOR foi regulamentado pela Portaria GM/MS n. 750,
377 de 29 de abril de 2019, que altera os artigos 435 a 441 da Portaria de
378 Consolidação n. 1, de 28 de setembro de 2017 e pode ser publicamente
379 acessado por qualquer cidadã, sem necessidade de ter senha. Rafael
380 informou que no SITE DGMP é possível acessar o manual do conselheiro de
381 saúde. Rafael apresentou também em tela o SEINP – Serviço de Articulação
382 Inter federativa e Participativa - nele podem ser acessados boletins
383 informativos, com informações diretas do Ministério. Rafael destacou sobre
384 o Manual do Usuário que explica como inserir informações e que o Manual
385 de Usuário para Conselheiros de Saúde dois mil e vinte três (2023) já está
386 atualizado trazendo informações tais como o papel do conselho de saúde no
387 DIGISUS; A visão geral do sistema (o que é? como acessar?). Rafael
388 apresentou em tela os menus e os perfis conforme especificidades. Rafael
389 comunicou que a proposta é realizar uma oficina com os conselheiros, onde
390 será mostrado efetivamente como funciona o sistema. Rafael salientou que o
391 plano e a programação de saúde estão disponíveis para visualização e que
392 não são encaminhados para apreciação por meio do DGMP. Rafael salientou
393 também que o RAG deve ser encaminhado ao Conselho de Saúde até o dia
394 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao
395 conselho emitir parecer conclusivo por meio do DGMP. Todas as
396 informações compartilhadas por Rafael estão disponíveis na plataforma
397 GOV.BR/ SAUDE.O conselheiro Mansour considerou ser importante a
398 apresentação e solicitou cópia por e-mail. Ricardo agradeceu ressaltando a
399 importância da tecnologia e da oficina e convidou o psicólogo Douglas
400 Jacob (Servidor da SESA) para a apresentação do ponto 4- Aprovação do
401 relatório final da Etapa Estadual da 5ª Conferência de Saúde Mental. Douglas
402 informou que fez parte da comissão organizadora e salientou que a
403 conferência foi realizada em três etapas, resultando na aprovação das
404 propostas e com mais de cem participantes. Informou que a etapa estadual
405 foi realizada nos dias oito e nove de novembro de dois mil e vinte e dois no
406 Hotel Praia Sol, em Serra -ES, resultando em 33 propostas, com 12 diretrizes
407 priorizadas e contando com 77 participantes. Douglas informou que foi
408 cumprindo o prazo regimental para o envio do relatório que era 22 de
409 novembro de 2022, e que hoje está sendo entregue o relatório em versão
410 mais ampliada e final com todos os documentos produzidos incluindo
411 moções e eleições de delegados, regimento e programação. Douglas
412 informou que este documento estará disponível no site da SESA:
413 <https://saude.es.gov.br/etapa-estadual-da-5a-conferencia-de-saude-mental>
414 junto com os documentos das etapas regionais. O relatório foi submetido ao
415 pleno e foi aprovado. Ricardo convidou o Conselheiro e relator Marcio
416 Romanha, que é o Coordenador da CIOF, para a apreciação do ponto 8 –
417 Aprovação das cinco diretrizes do PES 2024-2027. Marcio informou que o
418 documento a ser apreciado foi enviado para o conselho e que será avaliado
419 hoje as cinco diretrizes do Plano Estadual de Saúde que em observância a
legislação devem ser devolvidas a SESA até o dia trinta de agosto de dois

420 mil e vinte e três. Marcio informou que foi realizado um seminário com o
421 setor de planejamento da SESA onde foi apresentado o Plano Estadual de
422 Saúde já composto com aquilo que foi retirado nas conferencias de Saúde.
423 Marcio apresentou em tela as seguintes diretrizes: DIRETRIZ 1 -Consolidar
424 as redes de atenção e Vigilância em saúde, considerando os determinantes e
425 condicionantes sociais e provendo o acesso por meio da atenção primaria e
426 atenção especializada de forma integrada e resolutiva. DIRETRIZ 2:
427 Incorporar e implementar o uso de novas tecnologias, práticas e pesquisa
428 para qualificar a gestão do trabalho e educação e inovação no
429 SUS/ES.DIRETRIZ 3 :Ampliar e adequar a infraestrutura física e tecnológica
430 do SUS para tornar os ambientes mais humanizados, acessíveis e
431 acolhedores. DIRETRIZ 4: Modernizar, qualificar e potencializar a
432 transparência da gestão estadual do SUS, fortalecendo os processos de
433 governança, planejamento, regulação, financiamento e descentralização.
434 DIRETRIZ 5: Fortalecer a cidadania, a democracia participativa e o controle
435 social do SUS/ES. As diretrizes foram submetidas ao pleno pelo presidente
436 Ricardo e foram aprovadas. Ricardo passou então para o ponto de pauta 9 –
437 Relato das comissões e Comitês (interno e externo do CES). O Conselheiro
438 Mansour solicitou que sejam incluídos na minuta de resolução os nomes
439 dos articuladores regionais de plenárias que estão compondo a comissão de
440 municipalização. Informou que o articulador da região Sul é o Valdir, da
441 região Norte é Antônio Maria, o da região Metropolitana é o Alberto, que é
442 membro do conselho da Serra. Informou que a comissão está se reunindo e
443 estará realizando as plenárias regionais e estaduais, e que será feita a
444 indicação dos representantes municipais para compor a equipe que irá
445 participar das etapas e de forma paritária, dizendo que o calendário já foi
446 encaminhado e que o link está aberto até quinze de setembro de dois mil e
447 vinte e três para as inscrições. Com relação a Comissão de
448 acompanhamento de Conselhos Gestores Mansour disse que está sendo
449 aguardado a publicação das resoluções e a resposta sobre a ferramenta
450 virtual que será possivelmente usada nas eleições e ainda a possível
451 alteração da portaria 042, que não cita a obrigatoriedade das unidades de
452 saúde na participação do processo eleitoral. Mansour disse que a
453 composição da comissão eleitoral será trazida provavelmente na próxima
454 reunião. O Conselheiro Joao Carlos dos Santos, salientou que representa os
455 aposentados, pensionistas e idosos e que no conselho não tem a comissão
456 de direitos da pessoa idosa. Relatou que tem acontecido algumas questões
457 dentro do Hospital Estadual de Urgência e Emergência, coisas que não tem
458 resposta, dizendo que há um (1) ano está aguardando um laudo que foi
459 solicitado a Secretaria de Vigilância Sanitária sobre a intoxicação que
460 ocorreu com quarenta funcionários. Disse que o pessoal da Higienização
461 não ganha o salário mínimo. Joao Carlos disse que lhe dão o vale transporte
462 mas cortaram a sua alimentação e que tem vaga, mas não estão permitindo
463 seu estacionamento. Salientou que todas as denúncias que recebe são
464 enviadas para o conselho estadual bem como os relatórios quadrimestrais
465 do conselho local. Mansour sugeriu que as demandas apresentadas por
466 Joao Carlos sejam encaminhadas para o comitê de direitos humanos
corroborando que é preciso discutir a Política de Saúde do Idoso. O

467 **Conselheiro Sidney** informou que está no comitê de direitos humanos, que o
468 comitê está aguardando pautas e acabou de fazer uma pauta brilhante sobre
469 a cannabis e o autismo, e que a resolução conjunta sobre os idosos está em
470 andamento sendo preparada uma resposta para mandar para a Marta. Marcio
471 Romanha informou que a CIOF realizou uma oficina no dia nove de agosto, e
472 estará realizando outro encontro no dia vinte e nove de agosto para a análise
473 do primeiro RDQA-2023. Todos estão convidados. Cynara informou que o
474 CES está trabalhando pela viabilização de um sistema de votação e a parte
475 áudio e vídeo do auditório, inclusive já foram recebidos alguns orçamentos
476 para dar continuidade ao processo que já estava aberto. **Cynara informou**
477 **que o conselheiro Wesley está ajudando nas referências técnicas. Ricardo**
478 **pediu** que os Conselheiros estejam atentos a campanha de multivacinação e
479 convidou a todos para a reunião extraordinária do CES que ocorrerá dia
480 onze de setembro com pauta única, tratando da eleição do novo segmento
481 usuários, que ocupará a presidência. Sem mais assuntos a tratar o
482 Presidente Ricardo Ewald encerrou a 245ª Reunião Ordinária do Conselho
483 Estadual de Saúde às 16 horas e 29 minutos.

Ricardo Ewald

Presidente do Conselho estadual de Saúde do ES

Cynara Azevedo

Secretária Executiva do CES/ES.

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

ATA – 246ª Reunião Ordinária

21 de setembro de 2023

001 Aos 21 (vinte e um) dias do mês de setembro do ano de 2023 (dois mil e vinte e
002 três), às 14 (quatorze) horas, no Plenário do Conselho Estadual de Saúde –
003 CES/ES, situado na sede da Secretária de Estado da Saúde – SESA - Av.
004 Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira – Vitória/ES, reuniram-
005 se em Sessão Ordinária, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, sob a
006 Presidência do Conselheiro Marcio Flavio Soares Romanha realizando sua 246ª
007 (ducentésima quadragésima sexta) Sessão Ordinária. Estiveram presentes os
008 (as) conselheiros (as): Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo (SESA), Caroline Gomes
009 Coura Batista (SESA), Ricardo Ewald (FEHOFES), Phablo Gabriel Dobrovolsky
010 da Silva (FEHOFES) Luiz Carlos Reblin (MS), Judismar Tadeu Pedroni (SIMES),
011 Pablo Reis Garcia Perez (SINFES), Marcia Naomi Shigetomi (SINODONTO),
012 Geisa Pinheiro Quaresma (SINDSAUDE- ES) Raissa Correia Rosa (FETAES),
013 Marcio Flavio Soares Romanha (CUT), Wesley Bonifácio Dias (SINDMETAL),
014 Sidney Parreiras de Oliveira (PVHA Wellington Barros Nascimento (UNEGRO),
015 João Carlos dos Santos (SINDNAPI/ES), Mansour Cadais Filho (FAMOPES),
016 Rosini Helena Gurgel Lopes (FEAPAES) Justificaram ausência: Andreia
017 Scalfoni Menini (SINDIENFERMEIROS) e Milene da Silva Weck terra (UBM). O
018 Presidente Marcio Flavio Soares Romanha deu início a reunião informando que
019 o mês de setembro faz referência ao suicídio e a doação de órgãos e que no
020 último dia dezoito de setembro foi comemorado trinta e dois (32) anos da Lei
021 8080. Informou também que hoje é comemorado o dia nacional de luta da
022 pessoa com deficiência e apresentou ao pleno os seguintes pontos de pauta: 1
023 - Informes; 2- Aprovação: Atas 243ª e 244ª RO; 3-:Dia Nacional de Luta da
024 Pessoa com Deficiência - 21 de Setembro.4- Aprovação: da Minuta de
025 Recomendação” Saúde de Mulheres com Deficiência”; 5-:Pauta temática
026 Setembro Verde - Apresentação do setor de transplantes da SESA e seus
027 indicadores. 6- Debate e encaminhamento - "Política Nacional de Saúde Bucal
028 (Lei Federal nº14.572 de 08 de maio de 2023) e o papel do Controle Social na
029 implantação dessa política pública” ;7- Apresentação RAG 2022 INOVA
030 CAPIXABA Relatoria: Gestão Inova Capixaba 8- Relato da Comissões e
031 Comitês (interno e externo/CES): Relatoria: Coordenadores. Após apresentar
032 os informes submeteu ao Pleno a solicitação para a antecipação do Ponto de
033 Pauta 5 pois a responsável, Senhora Maria Machado estava comprometida com
034 outra agenda. O Pleno concordou com a solicitação. Logo em seguida, o
035 Conselheiro Joao Carlos dos Santos solicitou ao Presidente permissão para
036 falar. A permissão foi concedida e o conselheiro disse que” Aconteceu aqui,
037 não lembro a data, a eleição para presidente. No momento estou evitando
038 debater, estou cansado desse controle social que nós fazemos nesse
039 conselho. Teve a eleição para presidente e eu abri mão de colocar meu nome
040 para presidente e coloquei meu nome para fazer parte da mesa diretora, e pela
041 primeira vez eu vi um controle social, um conselho, e fazem mais de trinta anos
042 que participo de conselhos, faço parte de cinco conselhos hoje pois sou
043 aposentado e tenho tempo para estar nesses conselhos e aí me surpreendi
com uma pessoa de casa ser eleita, entendeu presidente, e eu gostaria que

044 esse pleno desse conselho, que eu não sei se é todo mundo aqui que conhece
045 o regimento do conselho, que conhece a lei do conselho e que passou não
046 despercebido por mim, mas no momento eu estava querendo evitar discussão
047 e estou trazendo isso para o pleno para que o pleno tome consciência do que
048 fizeram e isso vai ser gravado, vai pro ministério da saúde, vai pro conselho
049 nacional e pra todos os conselhos municipais do estado do Espírito Santo e se
050 possível do Brasil, que uma pessoa foi eleita pra mesa diretora a gente sabe
051 que aqui é um colegiado, mas foi eleita para a mesa diretora sem estar
052 presente, o absurdo do absurdo, então é no meu entender e conforme a lei, só
053 queria deixar esse fato registrado e que vocês pensem que o controle social
054 nosso já está fraco e aí fica mais fraco ainda. Presidente, muito obrigada”. O
055 Presidente márcio salientou a importância da presença do conselheiro Joao
056 Carlos dos Santos até ao final da reunião e convidou a Senhora Maria
057 Machado, coordenadora da Central Estadual de Transplantes do ES para
058 apresentação do ponto de número 5; Pauta temática setembro verde. Maria
059 assumiu a fala agradecendo ao pleno por trazer esta pauta, considerada
060 importante. Disse que é enfermeira e que coordena esta pasta desde o ano
061 dois mil e dezoito. Maria iniciou sua apresentação ressaltando que neste último
062 mês, muito foi falado sobre transplantes, processo tão importante, e que o
063 objetivo de sua apresentação é. que os presentes conheçam como este
064 processo acontece aqui no estado e no Brasil. Maria informou que este é um
065 Sistema normativo que garante justiça, transparência e equidade no acesso ao
066 transplante; Destacou que o programa é auditável, transparente com regras
067 claras que garantem a equidade; O Sistema de alocação é informatizado
068 alcançando todas as equipes habilitadas; Inibindo quaisquer práticas ilícitas e
069 garantindo lisura no processo de doação e transplante. Informou que O Brasil
070 é referência mundial na área de transplantes; Em números absolutos, o Brasil é
071 o 2º maior transplantador do mundo, atrás apenas dos EUA. E tem um
072 programa público que é modelo para o mundo. Atualmente, cerca de 96% dos
073 procedimentos de todo o País são financiados pelo Sistema Único de Saúde
074 (SUS). Os pacientes recebem assistência integral e gratuita, incluindo exames
075 preparatórios, os realizados durante a cirurgia, acompanhamento e
076 medicamentos pós-transplante, pela rede pública de saúde. Maria lembrou que
077 no ano de 1997 havia a Lei Presumida, ou seja presumia-se que todas as
078 pessoas eram doadoras de órgãos, e que no ano de 2001 observou-se uma
079 queda gradativa no número de doadores porque as pessoas não
080 compreendiam o processo, então ao serem feitos os documentos nos postos
081 as pessoas recebiam informações desqualificadas em relação ao processo de
082 doação de órgãos. Em 2001 houve então a alteração da lei passando a ser
083 “Doação Consentida” Maria apresentou em tela Legislações e portarias
084 relacionadas a Política Nacional de Transplante. Dentre essas a Lei 4.934 de
085 04/02/1997 Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo
086 humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. Maria
087 destacou que em dois mil e um foi observado uma queda gradativa no número
088 de doadores pois a maioria da população não compreendia o processo de
089 doação A Portaria 2600/09 Aprova o Regulamento Técnico do SNT. A Portaria
090 Estadual 043-R 01/06/2006 trata sobre a notificação de Óbitos constando em
seu Art. 1º que:” É obrigatório para todos os estabelecimentos de saúde

091 públicos e privados, SVO (Sistema de Verificação de óbitos), DML
092 (Departamento Médico Legal) deste Estado, notificar imediatamente ao Banco
093 de Olhos e a CNCDO, todos os óbitos ocorridos na Instituição”. A Portaria de
094 Consolidação Nº 4 de 28 de setembro de 2017 com Consolidação das normas
095 sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. O Anexo I da
096 Portaria 2600/09 Aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de
097 Transplantes. Maria informou que no ano 2017 o conselho federal de medicina
098 estabeleceu como, quando e por quem o diagnóstico de morte encefálica
099 poderia ser realizado dentro das instituições. Maria ressaltou que a doação e o
100 transplante de órgãos é um processo trabalhoso e delicado que depende da
101 confiança da população no sistema e do comprometimento dos profissionais
102 de saúde em todas as etapas Além do objetivo fundamental dos transplantes
103 de órgãos ser salvar vidas, principalmente, nos casos de transplante de
104 coração, fígado e pulmões, esses procedimentos também promovem
105 significativa reabilitação física e social dos pacientes, reintegrando-os à família
106 e ao trabalho, com uma melhor qualidade de vida. Nos casos de transplante de
107 rim, promove-se também economia de recursos, pois o tratamento alternativo
108 para manutenção da vida, a diálise, é de custo mais elevado, em longo prazo.
109 Maria também apresentou em tela o cenário nacional de pessoas que estão
110 aguardando transplante de órgãos: quarenta mil pessoas estão na fila de
111 espera no Brasil. Mil duzentas e setenta e duas pessoas no estado do ES. O
112 rim é o órgão que desponta na lista nacional. Neste ano de 2023 foram
113 realizados trem mil trezentos e cinquenta transplantes no Brasil, destes, cento
114 e um foram realizados aqui no ES. A maioria foi transplante renal, seguido do
115 transplante de fígado. 25.945 pessoas esperam por transplante de córnea no
116 Brasil. Destes,996 pessoas aguardam pelo transplante de córnea aqui no ES.
117 Quanto a faixa etária estipulada para a doação de órgãos foi informado que
118 para doação de rim, fígado e coração, é necessário estar acima dos sete dias;
119 Córnea, de dois anos aos setenta e cinco anos. Os Centros transplantadores
120 em nosso estado são o Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes –
121 HUCAM e o Hospital Vila Velha – HVV. O transplante de medula é realizado no
122 Hospital Santa Rita de Cassia. Maria destacou que a negativa familiar no ES
123 tem uma variável de quarenta a sessenta por cento e que neste ano (2023)
124 encontra-se em quarenta e três por cento. Essa negativa é derivada da falta de
125 conhecimento. Maria informou que a partir do ano corrente a notificação de
126 óbitos passou a ser online, informatizando todas as notificações. Os
127 profissionais de saúde são o elo mais crítico do processo doação e
128 transplante, são eles que identificam os potenciais doadores e desencadeiam o
129 processo de doação. Em relação ao diagnóstico de morte encefálica Maria
130 informou que a Portaria 2.173 de 21 de novembro de 2017, do Conselho
131 Federal de medicina estabeleceu critérios para o protocolo de morte encefálica
132 e salientou os fatores que contribuem para o desequilíbrio entre a oferta e a
133 demanda de órgãos/tecidos e são estes fatores: A recusa familiar ; A
134 Subnotificação de pacientes com diagnóstico de morte encefálica (ME) aos
135 centros reguladores (apesar da obrigatoriedade prevista na lei brasileira); A
136 Falta de política de educação continuada aos profissionais de saúde quanto ao
137 processo de doação-transplante; O Elevado índice de contra indicação clínica
à doação. Um dos objetivos dos transplantes de órgãos é de salvar vidas,

138 principalmente, nos casos de transplante de coração, fígado e pulmões. E
139 nesse sentido é necessário combater as fake News e informações
140 desconstruídas além de promovermos encontros como este no conselho.
141 Quanto a recepção de órgãos e tecidos Maria informou que apenas pacientes
142 devidamente cadastrados na lista única estão aptos a receber um órgão doado.
143 E que os critérios a serem obedecidos são: Data da inclusão paciente,
144 Compatibilidade ABO, Compatibilidade HLA, Compatibilidade física: peso,
145 altura, urgências e prioridades (princípio da equidade). Diante disso é
146 importante comunicar a família sobre o desejo de ser doador. Um doador pode
147 salvar até oito vidas. Foi informado ainda que amanhã (22 de setembro de
148 2023), no auditório do Hospital da Polícia Militar das 8 às 15:45 horas será
149 realizado o sexto simpósio disciplinar de doação de órgãos e tecidos, na
150 responsabilidade da Central Estadual de Transplantes, com foco no processo
151 de trabalho. Maria finalizou informando também que Será realizado no dia 27
152 de setembro, as 15 horas, no convento da Penha em Vila Velha uma missa em
153 ação de graças as famílias doadoras de órgãos e tecidos. O Presidente Marcio
154 agradeceu a explanação e oportunizou a fala aos conselheiros presentes. O
155 conselheiro Wesley se inscreveu e perguntou se além do mês de setembro,
156 durante o ano, a equipe faz ou traz informações ou campanhas de informação
157 referente a questão do transplante. Maria respondeu que o assunto é debatido
158 durante todo o ano principalmente nas Instituições Hospitalares, nas
159 faculdades, nas escolas, nas empresas e que o mês de setembro é mais para a
160 reflexão, as capacitações profissionais são feitas nos outros meses do ano. O
161 presidente Marcio perguntou como é feito o controle da fila de receptores. Foi
162 respondido que o controle é automatizado, o médico inscreve o paciente e ele
163 já começa a ocupar o seu lugar na fila. As atualizações de exames ficam por
164 conta da equipe e não altera a posição. No caso de pacientes graves as
165 informações são inseridas no sistema, os dados avaliados rotineiramente e os
166 pacientes monitorados o tempo. O Presidente Marcio agradeceu novamente e
167 prosseguiu a reunião retomando o ponto de pauta 1; Informes – Marcio
168 informou que no dia dezanove de setembro foi realizada a assembleia que
169 elegeu o Sindicato dos trabalhadores na UFES (SINTUFES) para compor o
170 quadro de conselheiros da saúde, nesta mesma assembleia o SINDPUBLICOS
171 ficou na suplência em caso de vacância e submeteu ao pleno para aprovação a
172 resolução 1335 /2023 AD REFERENDUM que tratou sobre essa eleição. O pleno
173 aprovou unanimemente. O conselheiro Wellington informou que no dia vinte e
174 sete de setembro estará em conceição da Barra representando o Comitê de
175 Comunicação e Informação em Saúde no projeto de educação popular em
176 saúde com as populações quilombolas. O Presidente Marcio Prosseguiu para o
177 ponto 2: Aprovação das atas 243 e 244 ° RO. As atas foram aprovadas pelo
178 pleno. O Presidente passou para o ponto de pauta 3: Dia Nacional de luta da
179 pessoa com deficiência. Relatoria: Suzana Lima. Susana fez auto descrição e
180 salientou que é pessoa com doença congênita e que faz uso de cadeira de
181 rodas. Informou que é ativista da causa das pessoas com deficiência, servidora
182 pública da Secretaria Estadual de Saúde do ES. Fez menção a presença da
183 Senhora Suely, destacando que Suely é a secretaria do Conselho Municipal de
184 Pessoas com deficiência e da Senhora Eliane Batista, que é jornalista, rádio e TV., componente do fórum de mulheres de Cariacica.

185 Susana destacou também a presença do Senhor Bruno Costa. Destacou que o
186 dia 21 de setembro é o dia nacional da luta das pessoas com deficiência
187 objetivando a conscientização sobre a existência das pessoas com deficiência
188 trazê-las para o centro da sociedade e mostrando que não estão em um lugar
189 de incapacidades. Salientou também a busca diária por direitos e a importância
190 de que os direitos sejam cumpridos. Disse ainda que “sabemos que o conselho
191 atua de maneira deliberativa, consultiva, mais do que isso foi criado para
192 fortalecer causas que ainda estão na invisibilidade, fortalecer e fomentar que
193 essas pessoas estejam na sociedade participando com igualdade, porque a
194 Lei 13.146, artigo 18, fala sobre a saúde integral das pessoas com deficiência
195 e em seu parágrafo primeiro diz: É assegurada a participação das pessoas com
196 deficiência na elaboração das políticas de saúde, então este centro de fala,
197 participação e elaboração tem que ter efetivamente pessoas com deficiência
198 apresentando suas propostas e realidade. Salientou a importância de
199 tratamento humanizado para todos e da formação contínua para os
200 profissionais e que haja reconhecimento da existência das pessoas com
201 deficiência e suas diversas necessidades tratadas de forma adequada Susana
202 disse que fica se perguntando se o território das pessoas com deficiência está
203 sendo discutido com prioridade na reestruturação da saúde. Disse que falta no
204 conselho estadual a fala e a presença de pessoas reais e que a Sesa está
205 inserindo as pessoas com deficiência. Destacou também o adoecimento da
206 saúde mental das pessoas colocando que as clínicas precisam estar prontas
207 para atender também as pessoas com deficiência que integram a população de
208 rua e compõem necessidades ligadas a droga e ao alcoolismo. Informou que o
209 Comitê Intersetorial de saúde da mulher elaborou uma minuta retratando as
210 mulheres com deficiência no ES dizendo das dificuldades encontradas pelas
211 mulheres com deficiência que residem no interior do estado, em áreas onde a
212 saúde tem dificuldade de chegar e que não tem um mapeamento com o
213 quantitativo de pessoas com deficiência. Importante na elaboração de políticas
214 públicas, discussão atravessada pela intersectorialidade. Finalizou dizendo que
215 “acessibilidade não é só rampa e elevador, está na comunicação, vemos o
216 quanto é falho as unidades não terem um intérprete de libras, o parto de
217 mulheres com deficiência auditiva e visual e que hoje é possível usar a
218 tecnologia e garantir direitos através do compartilhar do conhecimento”.
219 Marcio agradeceu a Suzana e abriu o espaço para perguntas. O Conselheiro
220 Mansour Cadais parabenizou e disse que em nenhum momento a participação
221 foi negada neste conselho ao segmento de deficientes, e a não
222 representatividade se deve a não inserção por parte do próprio segmento.
223 Cristiano agradeceu e parabenizou dizendo que enquanto sociedade é preciso
224 avançar e estar abertos para as diferenças. Cristiano compartilhou que ao ser
225 gerente do setor de demandas judiciais da SESA foi reconhecido como
226 gerência inclusiva e que recebeu um candidato ao estágio cadeirante
227 estudante de cadeira de rodas. Cristiano destacou a importância do
228 reconhecimento ao direito do outro e o quanto todas as instituições precisam
229 investir na acessibilidade, com espaços menos hostis. A Conselheira Geiza
230 disse que “a gente se solidariza e que vem aí a semana do servidor público,
231 sendo importante e fazendo falta no conselho a presença de pessoas que
vivem o contexto. Geiza também disse ser um fato, a falta de estrutura e a

232 responsabilidade do estado em fazer acontecer e investir, sendo dolorido
233 discutir políticas públicas que ficam no papel sendo necessário fiscalizar e
234 cobrar, pois é muito importante que as políticas sejam discutidas e aconteçam
235 e que exista de fato uma reestruturação. Geiza disse sempre esperar que o
236 governo apresente algo palpável e real e que todos sejam atendidos dentro
237 daquilo que a lei exige sem remendos. Geiza finalizou dizendo a Suzana que
238 continue a se fazer presente no conselho. O conselheiro Wellington também
239 parabenizou e disse que o conselho não é avesso a debates difíceis, sendo
240 grande o desafio da inclusão por requerer mudança de comportamento.
241 Wellington lembrou que a federação das APAES tem representação no CES e
242 que todas as pessoas podem ser acometidas e precisar de um outro tipo de
243 estrutura física e adaptação de espaços. Luiz Carlos Reblin, também
244 parabenizou as presentes dizendo que oito ponto quatro por cento da
245 população brasileira tem uma deficiência permanente, num total de dezessete
246 milhões de pessoas com direito a muitas políticas, disse que agora o governo
247 federal tem um novo olhar e que foi reservado dentro do novo PAC, sessenta
248 bilhões para a área da saúde e dentro desse PAC são duzentos novos CAPS
249 no Brasil, quarenta e cinco centros de reabilitação e quinze oficinas
250 ortopédicas que produzirão obviamente órteses e próteses para o bem estar
251 da população que tem algum nível de deficiência, demonstrando assim uma
252 nova visão de governo. Finalizou parabenizando ao conselho por estar
253 pautando temas de alta relevância e interesse social. O Presidente Marcio
254 Romanha agradeceu as manifestações dizendo que o CES se coloca à
255 disposição para temas relevantes para toda a sociedade capixaba. Informou
256 que o CES tem comissões que tratam de temas diversos, tendo a comissão de
257 direitos humanos que pode tratar temas de grande relevância na questão das
258 pessoas com deficiência. Marcio passou para o ponto de pauta 4: Aprovação
259 da minuta de recomendação de saúde de mulheres com deficiência. Relatoria
260 Sidney Parreiras de Oliveira. O Conselheiro Sidney fez a leitura da minuta
261 proposta: RECOMENDAÇÃO Nº. XXX/2023 O Conselho Estadual de Saúde -
262 CES/ES, no uso de suas atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.080/1990 e
263 Lei Nº 8.142/1990, Lei Estadual Nº 7.964/2004 e alterações promovidas pela Lei
264 Estadual 10.598/2016, bem como prerrogativas regimentais, e em consonância
265 às deliberações do Plenário na XXXª Reunião Ordinária, realizada em XX de
266 XXXX de 2023. CONSIDERANDO: A LEI 13.146 que institui a Inclusão da Pessoa
267 com Deficiência, em especial nos seus capítulos II- Do Direito à Habilitação e à
268 Reabilitação e III -Do Direito à Saúde, que tratam das garantias aos Serviços
269 Públicos de Saúde, com ênfase nos Artigos 18 e 19, a seguir: Art. 18 É
270 assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os
271 níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e
272 igualitário; Art. 25 Os espaços dos Serviços de Saúde, devem assegurar o
273 acesso as Pessoas com Deficiências removendo todas as barreiras, por meio
274 de projetos, programas, que lhe garante Atendimento Humanizado; O Projeto
275 de Lei 3.692/2019 aprovado pela Comissão de Assistência Social (CAS), que
276 segue para aprovação da Câmara dos Deputados, que obriga os hospitais e
277 estabelecimentos de saúde de grande e médio porte, a disporem de
278 equipamentos, aparelhos, instrumentos de medição e demais materiais
adequados à assistência das Pessoas com Deficiências; O especial relato de

279 mulheres com deficiências sobre desassistência, direitos desrespeitados e/ou
280 a ausência de atendimentos adequados e humanizados com garantia de
281 respeito a suas especificidades nos estabelecimentos de saúde, assim como, a
282 falta de serviços básicos de prevenção à saúde, assistência odontológica, de
283 equipamentos (mamógrafos, macas adaptadas, aparelhos de imagem e
284 diagnósticos, aparelhos para exames oftalmológicos) adaptados e/ou que
285 contemplem suas limitações diversas; Que a ausência de equipamentos
286 adequados e de equipe de saúde capacitada, para realizar um atendimento
287 especializado, tem gerado experiências de sofrimento psíquico,
288 constrangimentos, situações humilhantes e/ou degradantes às nas unidades
289 de saúde, bem como fere a LEI 13.146 no seu Art.74 que trata da garantia sobre
290 “tecnologia assistiva” e recursos que beneficiam e promovem Igualdade no
291 acesso aos serviços públicos de saúde e do acesso aos equipamentos que
292 viabilizam atendimento igualitário a todas as pessoas; A urgência de fazer
293 valer a lei, assegurando também acessibilidade nos espaços físicos. Isto é,
294 construindo ou adaptando as edificações da área da saúde em conformidade
295 com os critérios e parâmetros técnicos, regidos pelas Normas ABNT 90501,
296 que tratam das condições de acessibilidade nas instalações/construções para
297 assegurar o acesso igualitário e a promoção da independência e autonomia
298 das pessoas com deficiência; A importância de promover acolhimento
299 (atendimento) humanizado, pautado numa comunicação simples, assertiva e
300 respeitosa, atenta aos diferentes tipos de deficiências e suas limitações:
301 física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial, múltipla; Os avanços no
302 âmbito do estado do Espírito Santo como o representado pela Lei Nº 11147, de
303 07 de julho de 2020, que Define a obrigatoriedade de Notificação Compulsória
304 dos eventos de violência de interesse do Sistema Único de Saúde - SUS à
305 autoridade sanitária estadual, por todos os profissionais dos serviços de
306 saúde, instituição de ensino e assistência social, de caráter público, privado ou
307 filantrópico, em todo o território do Estado do Espírito Santo, e dá outras
308 providências. Mas entendendo também que os processos de violência podem
309 ser mitigados através da promoção de formação, qualificação e humanização
310 das ações técnicas e dos atos comunicacionais no campo da saúde e;
311 Considerando ainda os debates promovidos pelo Comitê Intersetorial de Saúde
312 da Mulher do CES onde foram evidenciadas as mazelas que as pessoas com
313 deficiência, em especial, as mulheres, têm sofrido nos estabelecimentos de
314 saúde por todo o estado do Espírito Santo. RECOMENDA: Ao Governo do
315 Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Saúde e aos
316 Governos Municipais através das Secretarias Municipais de Saúde: Que os
317 direitos estabelecidos pela Lei Federal 13.146 sejam garantidos, observando
318 todas as especificidades que são imprescindíveis para assegurar a Saúde
319 Integral, prevista pela LEI e, portanto, possam combater as faltas e omissões
320 que tem incidido na Violação dos Direitos das Pessoas com Deficiência; 1
321 ABNT - NBR BRASILEIRA 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário,
322 espaços e equipamentos urbanos. Disponível em
323 http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf 2023-HQPSL
324 Que empenhem esforços, em conformidade com as leis, para garantir
325 acessibilidade arquitetônica cessibilidade aos espaços físicos com instalações
e equipamentos de saúde adequados, bem como acessibilidade

326 comunicacional às Mulheres e a todas as pessoas com Deficiência; Que seja
327 efetivada a proposta 258, aprovada na 10ª Conferência Estadual de Saúde -
328 Etapa Estadual da 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada entre 24- 27 de
329 maio, que reivindica o atendimento em ambulatório com equipamentos
330 acessíveis como macas, mamógrafos, salas e consultórios que atendem a
331 saúde da mulher com deficiência. O Presidente Marcio submeteu a minuta lida
332 ao pleno e a minuta foi aprovada pelos presentes. O Presidente Comunicou
333 que o ponto seis fora retirado de pauta e passou para o ponto 7: Apresentação
334 do Relatório Anual de Gestão 2022 INOVA CAPIXABA: Diego Gomes Conte
335 Diego entregou uma cópia impressa do RAG 2022 Inova Capixaba ao
336 Presidente do CES e informou ao pleno que atualmente, ele é Diretor de
337 Assistência, Ensino, Pesquisa e Inovação da Fundação Estadual de Inovação
338 em Saúde – iNOVA Capixaba – Diego informou que estava acompanhado por
339 Leonardo Tavares e Luan, diretor de comunicações e que todos os dados a
340 serem descritos estão disponíveis no site da Inova Capixaba. Iniciou sua
341 apresentação falando sobre o relatório de gestão referente ao exercício 2022,
342 informando que estaria envolvendo ações tomadas e algumas já concluídas.
343 Abordou primeiramente como ponto 1.1 - A área de controladoria e integridade
344 com destaque para: A política de governança Corporativa; DE gestão
345 institucional de prontuário; Da política de gestão de risco; Elaboração de
346 prontuários administrativos; Capacitações; Lançamento do código de ética,
347 conduta e integridade; Realização de pesquisa na sede e nas unidades
348 hospitalares; Implementação e desenvolvimento do programa de integridade;
349 Contratação de auditoria externa. Como ponto 1.2 – Assessoria Jurídica,
350 destacando que no ano de 2022, foram expedidos 323 pareceres em processos
351 administrativos internos, e que foram respondidos 10 procedimentos perante o
352 Ministério Público do Trabalho, dos quais, 3 foram arquivados, enquanto os
353 demais continuam em análise e acompanhamento. Foram propostas 15 ações
354 na Justiça do Trabalho em que a Fundação figura, em sua maioria como
355 responsável subsidiária. Dentre essas ações, 03 foram arquivadas
356 definitivamente e as demais encontram-se em trâmite aguardando julgamento.
357 Na Justiça Estadual, foram propostas no ano de 2022, 3 ações contra a INOVA,
358 sendo 2 mandados de segurança relacionados a atos licitatórios e 1 pedido de
359 indenização. As ações encontram-se tramitando. Perante a Justiça Federal foi
360 proposta 1 ação em desfavor da INOVA, que foi encerrada com decisão
361 favorável à Fundação. 1.3 – Ouvidoria: Foi informado ao pleno que as médias
362 trimestrais de resolutividade das demandas ficaram da seguinte maneira: 1º
363 trimestre: 100,00%; 2º trimestre: 100,00%; 3º trimestre: 90,00% e 4º trimestre:
364 100,00%. O HEC tem a meta contratualizada de 85% de satisfação do usuário.
365 Em relação ao Hospital Estadual Antônio Bezerra de Faria, os índices de
366 satisfação dos usuários começaram a ser medidos a partir de junho de 2022.
367 Também foram abordados aspectos concernentes a qualidade, comunicação.
368 Foi informado que a Comunicação Corporativa produziu, em 2022, 19 edições
369 do Informativo “Saúde Que Fala”, contemplando a cobertura de atividades
370 realizadas dentro e fora das unidades assistenciais, como treinamentos e
371 eventos, disseminação de normas de governança, comunicados de segurança
372 e procedimentos. Além disso, as edições servem à promoção da educação em
saúde. No Hospital Antônio Bezerra de Faria, foram executadas a atualização

373 da identidade visual externa e as instalações dos murais de comunicação
374 interna. No âmbito do Hospital Dr. Benício Tavares Pereira (Hospital Estadual
375 Central – HEC), foram realizadas – por meio de parceria entre as áreas
376 assistenciais e a Comunicação – ações na Praça do Parque Moscoso, em
377 Vitória, para conscientização da população sobre a prevenção do Acidente
378 Vascular Cerebral (AVC) e de doenças dos rins, sendo amplamente divulgadas
379 nos veículos de televisão. No referido ano, 34 releases à imprensa foram
380 produzidos e publicados no site institucional, abastecendo os veículos de
381 comunicação e a sociedade com notícias e dados de transparência. De acordo
382 com o painel administrativo do domínio do sítio eletrônico. O HABF atendeu,
383 no ano de 2022, 29.591 pacientes, sendo 16.029 mulheres e 13.562 homens,
384 oriundos de 73, dos 78 municípios do Estado. Destaca-se que 97% dos
385 atendimentos foram de pacientes decorrentes das cidades de Vila Velha,
386 Cariacica, Guarapari, Viana, Vitória e Serra. Discorreu também em relação ao
387 HABF, sobre percentuais relacionados a giro de leitos e cancelamento de
388 cirurgia; Taxa de ocupação de leitos de UTI e taxa de ocupação das
389 enfermarias. Também foram apresentados dados referentes ao ao HEC –
390 Hospital Estadual Central. Em relação a Gerencia de Gente e Gestão, informou
391 dentre outras coisas que foram realizados dois processos seletivos
392 simplificados para viabilizar a mão de obra necessária para a manutenção das
393 atividades do Hospital Estadual Central e do Antonio Bezerra de Farias e ainda
394 para a preparação para a transição do Hospital Dório e Silva. Foram
395 apresentados ainda dados referentes a Gerencia de Infraestrutura e
396 Manutenção; Gerencia de Logística e transporte; Concernente a Gerencia de
397 Ensino Pesquisa e Inovação foi informado ao pleno que houve a celebração de
398 convênios com treze (13) instituições de ensino, além do acompanhamento de
399 cinco (5) pesquisas patrocinadas e onze (11) pesquisas não patrocinadas. Foi
400 informado ainda neste interim, que foram ofertados dezenove (19) cursos EAD
401 para os colaboradores. Foi executado o ciclo 2022 do programa “Desenvolver”
402 e foi executado Um (1) evento científico (V simpósio capixaba de AVC). Foi
403 também, realizado o ciclo 2022 da pesquisa de satisfação dos colaboradores e
404 conforme informado, neste mesmo ano (2022) o HEC recebeu certificação
405 internacional na área do AVC. Concernente a Gerencia Assistencial foi
406 informado que esta gerencia trabalhou na transição assistencial do Hospital
407 Antônio Bezerra de Farias – HABF-. O que incluiu a revisão das escalas
408 assistenciais, o redimensionamento de pessoal de HABF e HEC, e o
409 dimensionamento do pessoal do HDS. No item “ Desafios para 2023, foram
410 apresentados as seguintes metas: Concluir o desenvolvimento e a implantação
411 do Planejamento Estratégico da INOVA Capixaba, o qual encontra-se em fase
412 de elaboração; Realizar o Concurso Público do Hospital Antônio Bezerra de
413 Faria para provimento de cargos e formação de cadastro de reserva;
414 Implementar os indicadores de desempenho, no corporativo e nas unidades
415 hospitalares gerenciadas pela Fundação; Dar continuidade ao programa
416 “DESENVOLVER”; Organizar e realizar dois eventos técnico-científicos; Dar
417 continuidade ao programa de integridade em parceria com a Secretaria de
418 Estado de Controle e Transparência (SECONT); Ampliar o resultado por meio
419 de contratos de serviços, parcerias e captação de recursos; Implantar ações
que promovam experiências positivas aos usuários; Automatizar processos

420 por meio de sistemas informatizados ; Implementar a Política de Gente e
421 Gestão Em relação ao aporte de recitas da fundação foi informado que a Inova
422 Capixaba, por lei tem um aporte de setenta e cinco milhões para que fosse
423 criada, e a Inova recebeu o primeiro aporte em agosto de 2020 e concluiu o
424 recebimento desse aporte, em setembro de 2022. Os dados explanados,
425 incluindo orçamento, execuções, investimentos e aportes estão todos
426 disponíveis no site oficial da Inova. O Presidente Marcio agradeceu e concedeu
427 a fala aos conselheiros (as) inscritos para contribuir no tema. O Conselheiro
428 Pablo Perez disse que tinha dois pontos a colocar, incluindo dúvidas e
429 colocações. Disse que durante a apresentação não viu nenhuma menção ao
430 cronograma de transição dos outros hospitais e disse ainda que “Tem um
431 ofício aqui da Inova, de setembro de 2021, ou seja de dois anos atrás do Rafael,
432 Diretor Geral, e ele colocava o seguinte cronograma, só para as pessoas
433 entenderem o contexto. O HGL e o Bezerra, em dezembro de dois mil e vinte
434 um, eles foram pra INOVA, o Dório, maio de 2022, o HEAC, novembro de 2022,
435 O Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, fevereiro de 2023 e hospital
436 Roberto Silveiras – HRAS -junho de 2023”. Pablo disse que estamos em
437 setembro de 2023 não houve essa assunção da Inova nas unidades, e
438 perguntou por que não houve o cumprimento desse cronograma. E não está
439 sendo falado sobre isso, já que os valores já foram passado. Disse ter
440 entendido que a Inova está com dois hospitais e deveria estar com sete. Pablo
441 disse ainda que houve processo seletivo simplificado e concurso para o HEC.
442 Só que não tenho dados de quantos servidores são efetivos, qual o percentual
443 em relação aos cargos de livre nomeação e os de designação temporária para
444 o HEC. “Você disse que vai ter um concurso agora para o Bezerra, Só que não
445 sei o porquê a política de contratação por concurso não é pro Inova e sim para
446 os hospitais, dificultando o processo, pois o servidor tem sempre que fazer
447 uma prova”. Breno respondeu que “De fato o Inova tinha um cronograma
448 robusto para incrementar nos hospitais, só que ao ao iniciar as migrações, foi
449 entendido que o processo não vinha do Inova. A Inova é mais passiva dentro
450 desse processo administrativo, porque esse processo depende da aprovação
451 da Procuradoria Geral do Estado, Secont e outros órgãos de controle dentro do
452 estado. O papel da Inova ao entrar na unidade é ver como ela está, fazer
453 processo seletivo, e celebrar junto a SESA, um modelo de contrato para
454 assinar. Entretanto a SESA precisa fazer um dever de casa, ela tem que
455 responder pra migração, a questão do quadro de pessoal, principalmente dos
456 efetivos, e aí tem que tratar isso com vários entes, principalmente aqueles que
457 não são da SESA. Hoje, é um entrave, inclusive no Dório e Silva, estão os que
458 são ligados a Seger, que é o pessoal da área meio e isso a gente está
459 superando para conseguir entrar no Dório e Silva. Para além disso os
460 documentos administrativos da SESA dependem de transitar por esses órgãos
461 de controle. A PGE quando está em caráter de urgência precisa de um prazo
462 robusto para analisar os contratos e os documentos administrativos dos
463 processos, vista a quantidade de demandas que eles tem. A SECONT da
464 mesma forma. Então, a gente até consegue ter agilidade. A Inova é uma
465 entidade que não é mantida pelo governo, ela depende dos contratos de gestão
466 com os hospitais e ela tem autonomia administrativa, com controle jurídico
próprio. A gente depende dos tempos da SESA. Quando o cronograma foi

467 visto, foi num horizonte, na pratica, a gente observou que esses prazos
468 dependiam desses processos que faziam com que o cronograma não tivesse a
469 execução nos tempos previstos. Para a Inova é extremamente interessante que
470 a gente coloque a maior quantidade possível de hospitais sob nossa gestão,
471 porque a gente consegue além de qualificar o atendimento, estar crescendo,
472 enquanto instituição e melhorar as nossas políticas, inclusive salariais para os
473 funcionários. A quantidade de retorno que a gente dá para a população pois a
474 gente consegue transferir esse recurso para a SESA nos passar para
475 investimento dentro das unidades. Os setenta e cinco milhões, ele é um aporte
476 para colocar a INOVA de pé. Ele paga a folha da INOVA hoje, foi utilizada para a
477 estruturação da nossa sede, por exemplo. Era previsto um investimento para
478 melhoria do HABF, que foi dado pra a fundação, ele é próprio, quem o conhece
479 sabe que ele tem uma estrutura extremamente precária. Então, na época foi
480 acordado que esse dinheiro seria usado para investimento lá dentro e para
481 manter o custeio da folha, do corporativo. Esses 75 milhões não tem nada com
482 o dinheiro para administrar os hospitais. A SESA faz um contrato com a gente,
483 paga mensalmente um valor fixo e a gente tem que entregar todas as saídas
484 hospitalares, cirurgias, atendimentos ambulatoriais. Esses contratos tem
485 metas quanti e qualitativas, que preveem inclusive, se a gente não cumprir.
486 Cada hospital tem um custeio mensal, um aporte que a SESA da mensalmente
487 por cada contrato, cada contrato tem um valor que fica para a execução
488 daquela unidade. A gente não tira dos 75 milhões, só o HABF, que quando esse
489 valor que a SESA passa, não é suficiente, a gente tira o aporte e coloca o
490 dinheiro da Inova, porque ele é nosso. O HGL a gente não conseguiu fazer a
491 migração, no final de 2021 teve uma recusa da prefeitura de Linhares. Em
492 relação a parte do pessoal, temos hoje com o Ministério Publico um acordo de
493 que todas as vezes que a gente entra num hospital, durante mais ou menos
494 seis meses a um ano faz uma melhoria dos processos num novo
495 dimensionamento de pessoal para colocar o concurso, por isso que a gente
496 tem esse prazo aí para poder fazer processo seletivo e organizar os processos.
497 Alguns hospitais a gente observa que tem uma condição de modificar alguns
498 setores para incremento, até para fazer uma modificação de pessoal, para
499 melhorar a assistência e deixar o hospital mais eficiente, só que a gente só
500 consegue observar se isso acontece ou não, depois de um prazo lá dentro,
501 conhecendo a história por detrás dos dados recebidos, e a partir daí fazer um
502 novo dimensionamento, até anunciar um concurso. Temos um contrato de
503 gestão de cada hospital com a SESA, ela não transfere o hospital para a gente,
504 ela faz o contrato e só temos legitimidade de contratar ou de concursar se
505 tivermos aquele contrato assinado, pois prevemos a condição financeira para
506 contratar e principalmente ter resguardado o vínculo que aquela pessoa tem
507 com a instituição. Então, a gente precisa ter de fato um concurso para cada
508 hospital que a gente assume. O cronograma e diretrizes de migração são
509 dados pela SESA. Se a SESA quiser mudar essa migração, ela pode. Se ela
510 entender que não é desejável que o hospital vá para a fundação é direito dela
511 tirar do nosso cronograma. O concurso do HEC foi anunciado em 2022 e
512 começou a ser executado, convocando pessoas em 2023. Por isso estamos em
513 fase de migração ainda dos funcionários e por isso não está neste relatório de
gestão 2022. Dentro do site da Inova constam as publicações e querendo

514 dados mais qualificados é só contatar a Inova. Após esta explanação o
515 Conselheiro Cristiano salientou que está na SESA e que lhe chamou a atenção
516 a pauta organizacional, a questão da integridade, da organização de processos
517 de trabalho e auditoria e solicitou que fosse comentado sobre o processo de
518 construção dessas pautas pela Inova incluindo os fluxos assistenciais e
519 administrativos e destacou que “Na SESA a gente vê essa necessidade por
520 causa da legislação, mas, a gente ainda não conseguiu avançar. Breno
521 respondeu que a Inova é recente, a lei é de 2019, mas começou a contratar
522 pessoal em 2020. Disse que tentaram organizar estruturalmente contando com
523 profissionais que já tinham experiência. Disse que o planejamento estratégico
524 foi concluído efetivamente esse ano. “Temos 50 funcionários no corporativo,
525 que precisa ser robusto para se manter de pé”. O hospital é um organismo
526 complexo e precisa de uma estrutura que controle e dê condições para que
527 opere. Ricardo Ewald perguntou Sobre a folha de pagamento dos servidores
528 no Hospital Antônio Bezerra de Farias e no Hospital Estadual Central. Breno
529 respondeu que a Inova não tem servidores SESA, só funcionários Inova. Disse
530 novamente que o HABF é fundacional, não é mais da SESA, e tirando os
531 comissionados todos os funcionários são da Inova. Disse que o HEC já estava
532 sob a gestão de uma organização social, e foi assumido com a migração dos
533 funcionários da OS. Acrescentou que o primeiro hospital que terá servidores
534 da SESA e da INOVA no mesmo ambiente será o Dório e Silva. O conselheiro
535 Sidney Parreiras disse que o Dório e Silva tem um quadro de médicos
536 infetologistas para HIV AIDS e Perguntou se o serviço será mantido ou será
537 banido, pois os pacientes estão sendo remanejados para o município. O
538 Senhor Breno respondeu que o modelo de contratação de infectologistas
539 seguirá o modelo jurídico e corporativa. Disse que é feito exatamente o
540 contrato que a SESA pede, incluindo política e tipo de atendimento e assim a
541 entrega será feita conforme é desenhado e posto pela SESA. Disse que o
542 Secretário Miguel, que é presidente do conselho curador da Inova, deu como
543 diretriz, manter o perfil do Dório, não tirar nenhum serviço e incrementar linhas
544 de cuidados. O Presidente Marcio Romanha agradeceu pelas explicações e
545 passou para o ponto de pauta 8- Relato da Comissões e Comitês (interno e
546 externo/CES). Relatoria: Coordenadores. O Conselheiro Mansour Cadais
547 iniciou informando que no dia 19 de setembro foi realizada uma reunião
548 ampliada entre a comissão intersetorial de conselhos gestores e
549 municipalização. Relatou que foi tratado sobre o processo eleitoral dos
550 conselhos gestores das unidades estaduais e as etapas da 17ª Plenária
551 Estadual dos conselhos de saúde. Disse que em relação aos conselhos
552 gestores, foram encontradas dificuldades e está sendo analisado a utilização
553 de ferramentas para a realização desse processo eleitoral, levando em
554 consideração as dificuldades encontradas, incluindo a indefinição sobre as
555 diárias de participação de conselheiros. Disse ainda estar negativamente
556 impactado pois os pontos de pauta colocados no edital de convocação não
557 contemplam os seus encaminhamentos feitos por e-mail a mesa diretora do
558 CES. Disse ter feito três solicitações, incluindo sua participação no COSEMS,
559 onde pontos importantes poderiam ser trazidos e socializados. Disse esperar
560 que o presidente Marcio esteja revendo isso. Destacou em relação ao “Teste
do pezinho” que este teste que deveria ser feito em três dias está ficando entre

561 dez dias a um mês nos municípios, perdendo o significado do material. Disse
562 que essas informações não vieram. Acrescentou que Tadeu Marinho, esteve no
563 COSEMS também e apresentou sobre o SISREG e as dificuldades para
564 agendamento e a fila de espera que não diminui. Em relação a comissão de
565 conselho gestor, Mansour disse que estão discutindo as dificuldades de
566 custeio para a elaboração desse processo eleitoral, inclusive está sendo vista
567 uma consulta pública para a formalização desse processo urgente. Disse que
568 está sendo marcada uma reunião presencial para revisão do regimento
569 eleitoral e elaboração do calendário eleitoral dos conselhos gestores das
570 unidades de saúde. Mansour. Citou que os Municípios de são José dos
571 Calçados, Linhares e Ecoporanga estão disponíveis para ajudar. Disse ainda
572 que foi enviada a Resolução 1323 convocando a realização da 17ª Plenária
573 Estadual de Conselhos de Saúde e que a Resolução 1074 de 2018 estabelece
574 os procedimentos para a realização das plenárias. Marcio informou que a CIOF
575 se reunirá no dia 26 as 14 horas e conta com a participação dos membros para
576 finalizar o parecer do RDQA 2023 e iniciar a análise do PES 2024 a 2027. Cynara
577 informou que foi publicada a nomeação dos membros das comissões e seus
578 respectivos coordenadores e coordenadores adjuntos, excluindo aquelas que
579 ainda não tiveram pessoas eleitas para essas funções. Informou que conforme
580 resolução os convidados serão nomeados assim que houver a conclusão
581 sobre esse processo na mesa Diretora. Marcio salientou a importância da
582 observância ao artigo 36 do regimento interno do CES, sendo vedado ao
583 conselheiro atentar contra a ética, a moral e o decoro do conselho. Não
584 havendo mais assuntos a tratar o presidente Marcio Flavio S. Romanha
585 encerrou a ducentésima quadragésima sexta reunião do Conselho estadual de
586 saúde do Estado do Espírito Santo realizada no dia 21 de setembro de 2023 às
587 17 horas e 15 minutos.

588
589
590

Marcio Flavio Soares Romanha

Presidente do Conselho estadual de Saúde do ES

Cynara Azevedo

Secretária Executiva do CES/ES



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Saúde



Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira – Vitória – ES
CEP.: 29.050-625 – Tel: (27) 3636-8323 / 3636-8279
E-mail: ces@saude.es.gov.br